

Credores só aguardam que Brasil se defina

— O diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Serrano, disse ontem que mantém contatos “quase que diários” com o presidente do comitê de assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida, William Rhodes, e deixou claro que a contratação do novo jumbo de US\$ 6,5 bilhões; a rolagem automática de US\$ 5,5 bilhões dos compromissos a vencer em 1984 e a manutenção dos créditos comerciais — US\$ 10 bilhões — e interbancários — US\$ 6 bilhões — no total de US\$ 28 bilhões, estão na dependência da aprovação pelo Congresso Nacional das mudanças propostas na política salarial.

Madeira Serrano considerou absurda a hipótese do Brasil abandonar também a fase 2 de renegociação da dívida: “Tudo está dependendo do fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, por sua vez, depende da política salarial, integrada no programa econômico brasileiro”. Ontem, o diretor do Banco Central recebeu os economistas do Chase Manhattan Bank, Tom Hynes; do Lloyds Bank, Chrystofer Brougham, e do Deutsche Bank, Vonder Bey.

Como exemplo do bom andamento das negociações com o comitê de assessoramento, Madeira Serrano disse que o encontro com esses economistas do Chase, do Lloyds e do Deutsche — membros do subcomitê de crédito comercial do comitê efetivo presidido por Rhodes, vice-presidente do Citibank — serviu apenas “para definir exatamente as bases técnicas das linhas de comércio”. Observou que o comitê já concordou com o comprometimento formal de US\$ 10 bilhões em linhas de crédito comercial, para os próximos doze meses — fora os US\$ 2,5 bilhões assegurados por fontes oficiais — com prazo de vencimento de 18 meses, “o que dá ao Brasil um fôlego no financiamento de suas importações e exportações até princípio de 1985”.

“Não existe nada disso” — essa resposta serviu para o diretor do Banco Central negar eventuais divergências entre autoridades brasileiras e o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiere; descartar a hipótese do Eximbank antecipar o



Serrano

desembolso em moeda de US\$ 1,5 bilhão para o país fechar as contas deste ano ou mesmo a possibilidade do Brasil recorrer a novos empréstimos-pontes.

Madeira Serrano reiterou a colocação do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de que o governo precisa da aprovação do Legislativo das medidas de ajuste contidas no Decreto-lei nº 2.064, na primeira quinzena do próximo mês, para o board do FMI aprovar a terceira carta de intenção do Brasil em sua reunião do dia 18 de novembro. Para evitar problemas com banqueiros norte-americanos, o país precisa do sinal verde do board e obter o ingresso de US\$ 1,72 bilhão da parcela remanescente do jumbo contratado

em fevereiro último e de US\$ 825 milhões de recursos retidos pelo FMI. Do contrário, o Brasil continuará com grande volume de compromissos em atraso e os bancos norte-americanos ficariam na obrigação de lançar, no final do ano, os créditos junto ao país na conta dos devedores duvidosos.

Nas conversações diárias com credores externos, o diretor do Banco Central garantiu que nunca falou em empréstimos-ponte ou em liberação antecipada de recursos pelo Eximbank, dos Estados Unidos, do total assegurado de US\$ 1,5 bilhão, até o final de 1984. “O Eximbank norte-americano e os bancos oficiais de outros países darão garantia de crédito para os bancos financiarem importações brasileiras. Crédito de importação não é dinheiro e sim garantia dos bancos oficiais aos privados” — esclareceu Madeira Serrano.

Enquanto o diretor do Banco Central conversou com os membros do subcomitê de crédito comercial, o chefe do departamento econômico do banco, Alberto Furugem, recebeu os economistas do Banco de Montreal, Douglas Smee, e Bryce Ferguson, do Citibank, ambos integrantes do subcomitê de economia do comitê de assessoramento. Madeira Serrano também considerou de rotina a visita de Smee e Ferguson: “Eles estão avaliando as medidas que estão saindo aí para ver se elas estão ajustadas ao pacote”.